

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2.018, a ETCSBC honrou as suas despesas de custeio, bem como as amortizações de seu parcelamento do REFIS, através da execução orçamentária conforme dispõe o Decreto nº 20.249 de 20 de dezembro de 2017 o qual estimou as Receitas e fixou as Despesas da ETCSBC no valor de R\$ 11.300.000,00 (onze milhões e trezentos mil reais).

No âmbito orçamentário e com recursos provenientes da anulação parcial de dotações o orçamento foi atualizado para R\$ 11.300.000,00 (onze milhões e trezentos mil reais).

Com esse procedimento, a Empresa conseguiu empenhar e liquidar as despesas no montante de R\$ 11.172.303,84 (onze milhões, duzentos e trinta mil, seiscentos e onze reais e noventa e sete centavos), conforme abaixo:

Despesas Correntes

Pessoal Encargos Sociais	R\$ 3.428.362,46
Juros e Encargos da Dívida.....	R\$ 4.000.960,39
Outras Despesas Correntes.....	R\$ 755.660,95
Imobilizado.....	R\$ 67.980,00

Despesas de Capital

Amortização/Refinanciamento da Dívida.....	R\$ 2.919.340,04
--	------------------

Através deste equilíbrio financeiro e orçamentário a empresa ETCSBC ficou possibilitada para desenvolver as suas intervenções operacionais no transporte coletivo municipal e cumprir a legislação.

Desempenho Econômico-Financeiro: Em 2.018 a ETCSBC apresentou alguns ganhos decorrentes da estratégia de redução de despesas de custeio, que vem sendo praticada pelos seus gestores. Já com relação ao parcelamento da dívida contratada, a ETCSBC cumpriu as normas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil amortizando suas obrigações.

Com isso os gestores, através de esforço contínuo vem conseguindo manter o equilíbrio financeiro e orçamentário da Empresa e a manutenção de seus objetivos operacionais.

OBJETIVOS OPERACIONAIS

O transporte coletivo municipal é prestado sob o instituto da Concessão nos termos do Contrato 209/98, e seu Termo de Aditamento SA. 201.1. N° 133/2018, firmado pelo município de São Bernardo do Campo e a empresa São Bernardo do Campo Transportes Ltda. SPE – Ltda.

Este Relatório apresenta, de forma resumida, as principais informações, ações e atividades relacionadas ao Transporte Coletivo Municipal de São Bernardo do Campo no exercício de 2018, no âmbito do Departamento de Operações.

Esse Departamento está relacionado diretamente com as atividades fins da Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo-ETCSBC, ou seja, com a gestão da prestação do serviço municipal de transporte coletivo no ambiente operacional.

As atividades foram executadas conforme os limites organizacionais e legais da empresa, vigentes durante o ano de 2018.

O transporte coletivo municipal de São Bernardo do Campo é formado por 66 linhas que são operadas por 389 veículos, com tecnologias distintas:

- a) Micro-ônibus
- b) Ônibus Midi
- c) Ônibus Básico
- d) Ônibus Básico 3 portas
- e) Ônibus Articulado
- f) Sprinter Van

Desse total, 365 veículos (93%) são dotados de dispositivos que possibilitam o acesso universal.

Foram realizadas diversas intervenções operacionais nas linhas do transporte coletivo municipal em razão dos mais variados eventos típicos com a dinâmica e evolução da infraestrutura urbana que resultaram em impactos na circulação geral, e, por conseguinte, na operação do serviço municipal de transporte coletivo. Tais eventos foram resultados de interdições de vias em função de obras no viário com reflexo na fluidez do trânsito, e que, portanto, exigiram a alteração do percurso de linhas e pontos de paradas de ônibus. Diante disso foram feitos prévios avisos aos usuários, orientação aos operadores e aos agentes ligados ao monitoramento e ao cumprimento operacional das linhas, visando, tanto quanto possível, minimizar os impactos negativos no ambiente operacional.

1) Atividades Diretamente Relacionadas com o ambiente operacional

Entre essas atividades, destacam-se as influências na rede de transporte coletivo, alterações de itinerários e atendimentos em pontos de paradas de ônibus geradas por obras e modificações no viário e pontos de controle:

- a) Monitoramento e adequações dos itinerários e programações operacionais das linhas municipais de transporte coletivo devido intervenções dos projetos dos corredores de ônibus em diversas regiões do Município: Rudge Ramos (Av. Senador Vergueiro), Alvarenga (Estrada dos Alvarenga), Demarchi (Estr. Galvão Bueno e Av. Maria Servidei Demarchi), Ferrazópolis (Av. Rotary), Baeta Neves (R. dos Vianas) Bairro Assunção (R. João Firmino, Av. Dr. José Odorizzi) e Alves Dias (Av. Humberto A. Castelo Branco e Samuel Aizenberg);
- b) Início de operação do corredor João Firmino com circulação das linhas abaixo, que totalizam demanda média em dia útil de 37,6 mil passageiros:
 - 05 – Jardim Laura / João de Barro / Paço
 - 05B – Parque dos Químicos / Paço
 - 11 – Jardim das Orquídeas / Paço
 - 07 – Cooperativa / Paço
 - 07A – Circular Mizuho / Paço
 - 09B – Circular São Pedro / Santo Ignácio
 - 43 – Detroit / Paulicéia
- c) Início de operação do Terminal Alves Dias – houve adequação dos itinerários das linhas 13 – Los Angeles / Terminal Alvarenga e 13B- Parque Imigrantes / Terminal Alvarenga com 14 – Jardim das Orquídeas / Rudge Ramos e a criação da

linha 14R – Terminal Alvarenga / Rudge Ramos, visando agilizar o trajeto da região do Alvarenga para o bairro Rudge Ramos bem como ampliação da frota da linha 16 – Alvarenga / Rudge Ramos que faz atendimento aos Bairros Alves Dias, Jardim Santo Ignácio e Independência;

- d) Alteração no itinerário da linha 59 – Circular Paço / Vila Gonçalves em função de obras na região do viaduto Tereza Delta;
- e) Suspensão de operação da linha 59 – Circular Paço / Vila Gonçalves aos sábados, domingos e feriados devido baixa demanda que tornava os recursos ociosos;
- f) Suspensão de operação da linha 42 – Circular Jordanópolis / Paulicéia aos sábados, domingos e feriados devido baixa demanda que tornava os recursos ociosos;
- g) Suspensão de operação da linha 56 – Circular Paço / V. Damásio / Jardim Palermo / Nova Petrópolis aos domingos e feriados devido baixa demanda que tornava os recursos ociosos;
- h) Suspensão de operação da linha 12 – São Pedro / Santo Antônio aos sábados devido baixa demanda que tornava os recursos ociosos;
- i) Unificação no atendimento das linhas 15 – Detroit / Rudge Ramos (Via Caminho do Mar) e 15A – Detroit / Rudge Ramos (Via Senador Vergueiro) aos sábados, domingos e feriados - considerando a circulação favorável do trânsito e demanda característica, com melhor desempenho operacional do sistema de transporte coletivo permitindo a unificação do atendimento das linhas em questão pois apresentam sobreposição parcial de itinerários tendo os mesmos pontos de controle operacional;
- j) Alteração do itinerário da linha 53 - Parque Selecta / Rudge Ramos para atendimento ao CER – Centro Especializado em Reabilitação localizado à Rua Warner;
- k) Alteração do Ponto de Controle Operacional da Rua Santa Filomena para a Praça Brasil-Itália, no qual iniciam as linhas 32 -- Circular - Santa Filomena/Balneária/Riacho Grande, 32A – Circular Santa Filomena/Riacho Grande/Areião e 67 – Circular Paço / Jardim Silvina Audi;
- l) Monitoramento e programações operacionais específicas para eventos e datas específicas, como Eleições 2018, datas comemorativas, atendimento aos participantes das provas do ENEM e aos participantes de concursos públicos.

2) Atividades Indiretamente Relativas ao ambiente operacional

- a) Foram emitidas **128 Ordens de Serviço Operacional (OSO)** que fixaram a frota operacional nas datas correspondentes às emendas de feriados e dias especiais assim como para os períodos de recesso escolar, além dos temas citados no item anterior (alterações de horários, itinerários, adequação de frota);
- b) O Serviço de Atendimento aos usuários, realizado na Central Integrada de Monitoramento – CIM, com serviço 0800 e telefone fixo, recebeu **1596** chamadas, sendo que dessas, **602** correspondem à solicitação de informações sobre horários, itinerários e outros dados pertinentes ao transporte público, **994** relativas à operação de trânsito. Recebemos ainda **408** ligações de usuários referentes às sugestões, elogios ou reclamações que correspondem a aproximadamente **1,02** manifestações a cada 100.000 passageiros pagantes transportados;
- c) Foram totalizadas **1859** pesquisas operacionais para fins de fiscalização, monitoramento e estudos técnicos. Esses registros deram origem a **648** autos de infração e **24** notificações à empresa Concessionária;
- d) A área de planejamento da ETCSBC recebeu e analisou **203 solicitações** relacionadas a estudos de dimensionamento e criação de linhas, alterações e desvios de itinerários, instalação e modificações relativas a pontos de parada, aumento de oferta de ônibus, interrupção de tráfego e reforço da frota para eventos especiais. Foram protocoladas **16 solicitações** referentes estudos de dimensionamento e criação de linhas intermunicipais metropolitanas.
- e) Em setembro foi realizada a inspeção/vistoria na frota vinculada ao transporte coletivo municipal pelo Departamento de Operações da ETCSBC cujo objetivo é a confirmação das reais condições de segurança veicular dos itens inspecionados da frota operacional. Foram vistoriados **425** veículos dos quais **207** não apresentaram irregularidades e nos demais

veículos foram apontados **382** falhas, e que foram regularizadas pela Concessionária conforme os procedimentos técnicos estabelecidos no Manual de Vistoria e Inspeção de Frota.

- f) Em relação aos pontos de parada para embarque/desembarque de usuários do transporte coletivo, ocorreram **121** intervenções, sendo **77** instalações e **44** eventos de manutenção (compreendendo manutenção, remanejamento supressão e substituição). Não foram consideradas nesse total, as intervenções de manutenção corretiva efetuadas diretamente pela Concessionária.

INFORMAÇÕES GERAIS RELATIVAS À DEMANDA

O Sistema de Bilhetagem Eletrônica registrou o benefício da isenção tarifária, autorizada pela Lei Municipal 5.289/04, cujo número correspondeu a **208.106** beneficiários cadastrados, conforme abaixo:

Resumo Geral do Cadastro de Concessões de Gratuidade dez/18

Total de Gratuitades Concedidas		208.106	100%
Categoria			
Cat.1	Social – Aposentado	28.100	13,5%
Cat.2	Social – Pensionista	11.863	5,7%
Cat.3	Criança Cidadã	1.809	0,9%
Cat.4	Especial – Pessoa com Deficiência	18.870	9,1%
Cat.5	Especial – Pessoa com Deficiência C/ Acompanhante	13.198	6,3%
Cat.6	Senior – acima de 60 até 65 anos	55.070	26,5%
Cat.7	Senior – acima de 65 anos	47.449	22,8%
Cat.8	Escolar - Passe Escolar Gratuito	31.747	15,3%

Fonte: Cadastro fornecido pela empresa SBCTRANS

Em 31/12/2018, o Sistema de Bilhetagem Eletrônica-SBE registrou o total geral de **637.536** cartões de acesso emitidos, conforme tabela abaixo:

Total de cartões emitidos - Cartão Legal - 25/12/18			
Pagante	Cartão Cidadão	177.870	
	Cartão Escolar - Professor	1.113	
	Vale transporte	250.447	
	Sub-total	429.430	67,36%
Gratuidade	Usuários com gratuidades ref. Lei Municipal 5.289/04	128.910	
	Cartão Sênior 65 - Maiores de 65 anos de idade	47.449	
	Cartão Escolar - Aluno	31.747	
	Sub-total	208.106	32,64%
Total Geral de cadastrados		637.536	100%

Fonte: Cadastro fornecido pela empresa SBCTRANS

A demanda do transporte público coletivo municipal, em 2018 foi a seguinte:

Demanda Pagante	2018	
Cartão Cidadão	5.348.116	
Cartão Escolar Professor (50% desconto)	146.924	
Cartão Vale Transporte	18.769.166	
Total demanda pagante com cartão	24.264.206	60,37%
Pagantes em Reais	15.926.021	39,63%
Total demanda pagante	40.190.227	100%
Demanda Gratuidade		
Cartão Aposentado	2.634.425	12,34%
Cartão Especial	1.941.771	9,09%
Cartão Especial com acompanhante	1.581.825	7,41%
Cartão Pensionista	1.413.578	6,62%
Cartão Sênior 60	4.556.858	21,34%
Cartão Sênior 65	2.590.877	12,13%
Outras gratuidades	2.733.349	12,80%
SUBTOTAL	17.452.683	81,74%
Cartão Escolar - estudante	3.898.047	18,26%
Total Gratuidade	21.350.730	100%
Demanda Total		
Demanda Pagante	40.190.227	59,45%
Demanda Gratuidade	21.350.730	31,58%
Subtotal	61.540.957	91,04%
Transbordos (transferências por integração temporal)	6.059.905	9,0%
Total Geral	67.600.862	100%
Perfil Demanda (não considerado transbordos)		
Passageiros com utilização do cartão	44.004.550	71,50%
Passageiros sem utilização do cartão (pagantes em Reais e gratuidades sem cartão de acesso)	17.536.407	28,50%
Total	61.540.957	100%

Fonte: Cadastro fornecido pela empresa SBCTRANS

Em resumo, em 2018 tivemos os seguintes resultados para a demanda:

- a) Utilizações pagantes: **40,19 milhões**
- b) Utilizações isentas do pagamento de tarifa: **27,4 milhões**, incluso as transferências **(40,5%)**

O número total de transbordos, no ano, foi de **6,0 milhões**, realizados na integração temporal, ou seja, sem a cobrança de tarifa. Essas viagens integradas representaram 9,0% do total de viagens (passageiros pagantes e isentos) e 15,1% das viagens de passageiros pagantes.

No período, a utilização do SBE (através dos cartões de acesso) se manteve em 71,5 % do sistema de transporte coletivo municipal, desconsiderados as utilizações de integração temporal.

O **total geral das viagens**, de todas as categorias de usuários e transbordos realizadas no período de integração foi da ordem de **67,6 milhões**.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 em Reais			
ATIVO	Nota	2.018	2.017
CIRCULANTE	Explicativa		
Disponibilidades	2.3 e 2.4	1.285.310,69	790.384,21
Benefícios ao Pessoal	2.5	15.506,36	15.425,37
Tributos Recuperáveis	2.6	41.304,66	30.816,92
Despesas a apropriar	2.7	6.193,48	6.193,48
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.348.315,19	842.819,98
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	2.8	238.904,79	259.431,69
Imobilizado	2.9 e 2.10	295.233,93	85.738,96
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		534.138,72	345.170,65
TOTAL DO ATIVO		1.882.453,91	1.187.990,63

PASSIVO	Nota	2.018	2.017
CIRCULANTE	Explicativa		
Fornecedores	2.11	28.522,68	35.469,62
Obrigações Tributárias	2.12	377,30	1.109,86
Obrigações Previdenciárias	2.13	640.915,86	209.875,38
Prov. Férias e Encargos Sociais	2.14	105.698,50	46.311,98
Parcelamentos de Impostos		3.880.659,96	6.800.000,00
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		4.656.174,30	7.092.766,84
Parcelamentos de Impostos	2.15	210.349.434,52	210.349.434,52
Provisão para Contingências	2.16	448.820,12	499.124,31
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		210.798.254,64	210.848.558,83
PATRIMONIO LÍQUIDO	2.17		
Capital Social		26.088.470,12	26.088.470,12
Reserva de Capital		61.056.182,59	61.056.182,59
Reserva para Aumento de Capital		14.188.543,43	14.188.543,43
Reserva de Reavaliação Patrimonial		164.501,75	0,00
Prejuízos Acumulados		-318.023.527,49	-318.755.373,68
Resultado do Exercício		2.953.854,57	668.842,50
Total do Patrimônio Líquido		-213.571.975,03	-216.753.335,04
TOTAL DO PASSIVO		1.882.453,91	1.187.990,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2018
(EM REAIS)**

	Capital Social	Reservas p/Aumento de Capital	Resultado do Exercício	Prejuízo Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldo 31/12/2017	26.088.470,12	75.244.726,02	668.842,50	-318.755.373,68	-216.753.335,04
Saldo 31/12/2018	26.088.470,12	75.409.227,77	2.953.854,57	-318.023.527,49	-213.571.975,03

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO POR NATUREZA

		2018	2017
RECEITAS CORRENTES			
Subvenções	2.18	4.300.000,00	5.205.124,98
Transferências Financeiras		6.800.000,00	6.094.875,02
Total das Receitas Correntes		11.100.000,00	11.300.000,00
Deduções da Receita (-)	2.19		
PIS		-545,14	-671,43
COFINS		-3.412,60	-1.325,42
Receitas Correntes Líquidas		11.096.042,26	11.298.003,15
OUTRAS RECEITAS			
Receitas Financeiras	2.20	46.613,87	25.730,47
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Reversão de Provisões		0,00	127.774,18
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		254.103,04	0,00
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		11.396.759,17	11.451.507,80
Despesas com Pessoal e Encargos	2.21	-3.428.362,46	-3.054.971,10
Despesas com Material de Consumo	2.22	-65.548,88	-81.816,42
Despesas com Serviços de Terceiros	2.23	-664.134,68	-762.571,61
Alimentação do Trabalhador	2.24	-216.390,45	-111.497,32
Sentenças Judiciais	2.25	-40.563,22	-26.981,84
Despesas Tributárias	2.26	-3.957,74	-2.125,18
Despesas com Depreciação		-22.986,78	-13.852,78
DESPESAS CORRENTES		-4.441.944,21	-4.053.816,25
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		6.954.814,96	7.397.691,55
Despesas Financeiras	2.27	-4.000.960,39	-6.728.849,05
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.953.854,57	668.842,50

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.018 e de 2.017 em (R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
Ingressos	11.167.140,77	11.330.383,95
Transferências correntes recebidas	11.100.000,00	11.300.000,00
Outros ingressos operacionais	67.140,77	30.383,95
Desembolsos	7.683.694,25	7.508.916,18
Pessoal e demais despesas	2.580.354,46	2.589.562,00
Juros e encargos da dívida - Refis	4.000.960,39	3.585.231,30
Outros desembolsos operacionais	1.102.379,40	1.334.122,88
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	3.483.446,52	3.821.467,77
FLUXO DE CAIXA DAS ATIV. DE INVESTIMENTOS		
Desembolsos	69.180,00	87.838,00
Aquisição de ativo imobilizado	69.180,00	87.838,00
Fluxo de caixa líquido das ativ. De investimentos (II)	(69.180,00)	(87.838,00)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIV. FINANCIAMENTOS		
Desembolsos	2.919.340,04	3.151.103,00
Amortização da dívida - Refis	2.919.340,04	3.151.103,00
Fluxo de caixa das ativ. Financiamentos	(2.919.340,04)	(3.151.103,00)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE (I+II+III)	494.926,48	582.526,77
Caixa e equivalente de caixa inicial	790.384,21	207.857,44
Caixa e equivalente de caixa inicial	1.285.310,69	790.384,21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2017 E 2018**1 - CONTEXTO OPERACIONAL:**

A Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo - ETCSBC é uma Empresa Pública Municipal, cuja natureza jurídica anterior, de sociedade civil com fins econômicos, regida pelo direito privado, que foi transformada em uma sociedade empresária de natureza unipessoal, de acordo com os preceitos do Código Civil, Lei Federal nº 10.406 de 10 de janeiro de 2.002. Foi constituída mediante a Lei Municipal nº 3.362 de 31 de agosto de 1.989, com fulcro nos termos do art. 50 da Lei Municipal nº 2.240 de 13 agosto de 1975, consolidada pela Lei Municipal nº 5.471 de 13 de dezembro de 2.005. O seu estatuto aprovado pelo Decreto Municipal nº 18.790 de 20 de fevereiro de 2.014, tendo como objetivo principal em seu art. 5º:

I – O gerenciamento e fiscalização dos serviços de transporte coletivo no Município de São Bernardo do Campo;

II – O gerenciamento dos contratos de prestação de serviços públicos concedidos, permitidos ou autorizados e a fiscalização dos seus correspondentes serviços de transporte;

III - a fiscalização da comercialização de vales-transportes, de passes escolares e demais instrumentos de arrecadação do transporte público, com competência para aplicação da Lei que o regulamenta;

IV – A fiscalização e coibição do transporte público irregular.

§ 1º O gerenciamento compreende todos os atos de caráter legal, administrativo e operacional e os de implantação, monitoramento e ajustes operacionais e as demais atividades relacionadas à regularidade e melhoria da prestação dos serviços sob a sua gestão.

§ 2º A fiscalização compreende todos os atos de monitoramento, verificação, constatação, análise, aplicação de penalidade administrativa relacionados à prestação dos serviços sob a sua gestão.

A Empresa é regida por Estatuto Social, conforme dispõe o Decreto municipal nº 18.790/2014 registrado no 1º Oficial de Reg. Civil das Pessoas Jurídicas de São Bernardo do Campo, SP e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35500710551. Para o desenvolvimento desses objetivos a partir do ano de 2.009 e nos anos seguintes, a Administração implantou ações de controle de custos e redução de gastos, bem como a inserção no orçamento anual de recursos para a amortização do parcelamento constante no passivo da Empresa. O desequilíbrio patrimonial continua, no entanto, associado aos passivos fiscais e tributários, os quais se encontram renegociados através de programas de parcelamentos de longo prazo com órgãos federais. Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações a ETCSBC recebe dotações orçamentárias da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo.

2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis preparadas pela ETCSBC estão em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e a Lei 4.320/64. As principais políticas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e vem sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. As práticas contábeis têm como base a utilização do regime de competência para a contabilidade societária e também para a contabilidade aplicada ao setor público.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e Lei 4.320/64, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e a NBC TG 26.

2.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais que é a moeda nacional.

ATIVO CIRCULANTE**2.3. Caixa e Equivalente de Caixa**

Contas	2018	2017
Caixa	2.000,00	2.000,00
Bancos c/Movimento	30.129,16	4.442,98
Total	32.129,16	6.442,98

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

2.4. Aplicações Financeiras

Conta	2018	2017
Aplicações Financeiras	1.253.181,53	783.941,23

Aplicações Financeiras de liquidez imediata, do recurso recebido através de sucesso da ETCSBC no julgamento do processo civil impetrado contra agências financeiras.

Total	2018	2017
Disponibilidades	1.285.310,69	790.384,21

2.5. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.018
Salários e Ordenados - Adiantamento	1.358,49
Férias - Adiantamento	6.813,51
Outros Créditos a Receber de Folha de Pagamento	5.085,70
Materiais de Consumo e Expediente	2.201,06
ISS a compensar	47,60
Total	15.506,36

Corresponde a Adiantamentos a colaboradores, programados para janeiro/2019, que serão recuperados quando da elaboração da folha de pagamento e apropriação contábil da correspondente despesa.

2.6 - Tributos Recuperáveis

Compreende ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Aplicações Financeiras.

2.7 - Despesas a Apropriar Exercício Seguinte

As despesas a apropriar referem-se à assinatura de boletim técnico contábil/tributário e trabalhista e bem como Seguro da Frota de Veículos e representam valores cujos benefícios serão usufruídos no decorrer do exercício seguinte, respeitando assim o Princípio da Competência.

Despesas	2.018
Assinatura Diário do Grande ABC	823,48
Bradesco Seguros	5.370,00
Total	6.193,48

2.8 Depósitos Judiciais

Representado pelos Depósitos Judiciais, face aos processos trabalhistas e cíveis movidos contra a empresa. Os depósitos Judiciais foram atualizados conforme extrato dos saldos das contas apresentados pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil e também pelas informações oferecidas pelo Departamento Jurídico da Empresa.

Conta	2018	2017
Depósitos Judiciais	238.904,79	259.431,69

2.9 - Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada e contabilizada usando o método linear para alocar os seus custos e tendo como base, as taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens.

As taxas de depreciação apresentadas no quadro abaixo estão em conformidade com a legislação tributária.

A entidade manteve registrados seus bens pelo custo histórico de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1.995.

Cumpre realçar que os bens patrimoniais foram oferecidos como garantia ao Programa de Recuperação (Refis), o qual a empresa aderiu no exercício de 2000.

Conforme demonstrado abaixo o imobilizado da Empresa está depreciado em 74,16% e o Intangível em 100,00%.

Descrição	2.018			2.017	
	Taxa deprec. a.a.	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Liq. Contábil	Valor Liq. Contábil
Máquinas e Utensílios de Escritório	10%	141.863,96	-141.083,96	780,00	2.698,00
Móveis e Utensílios	10%	215.909,41	-170.033,41	45.876,00	990,02
Aparelhos e Equip. de Comunicação	10%	57.886,28	-57.886,29	-0,01	-29,74
Equip. de Proc. Dados	20%	339.939,91	-302.230,97	37.708,94	11.880,68
Veículos- frota auxiliar	20%	387.154,78	-176.285,78	210.869,00	70.200,00
Total	-	1.142.754,34	-847.520,41	295.233,93	85.738,96

2.10 - Intangíveis

Descrição	2.018			2.017	
	Taxa Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Liq. Contábil	Valor Liq. Contábil
Direitos de Uso Software	20% aa	30.301,70	30.301,70	0,00	0,00
Direitos de Uso Linha Telef.	20% aa	38.964,67	38.964,67	0,00	0,00
Total	-	69.266,37	69.266,37	0,00	0,00

PASSIVO CIRCULANTE
2.11 – Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	28.522,68	35.469,62
Total	28.522,68	35.469,62

Na comparação com o exercício anterior obtivemos uma redução nas despesas na ordem de 19,59%

2.12 – Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias representam alguns tributos retidos nas suas fontes e também calculados em atendimento à legislação. São eles:

Contas	2.018	2.017
PIS/PASEP/COFINS/CSLL a recolher	268,68	383,67
ISS a recolher	108,62	96,10
Outros Tributos e Contribuições Federais	0,00	630,09
Total	377,30	1.109,86

2.13 – Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias

Estas obrigações representam valores das contribuições patronais e também obrigações retidas na folha de pagamento do mês de dezembro/2.018 conforme abaixo:

Contas	2.018	2.017
Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Contribuição ao RGPS s/salários e remunerações	123.264,03	48.535,16
FGTS a recolher	37.579,73	11.258,70
Mensalidade Sindical a Recolher	560,00	210,00
IRRF a recolher s/folha	34.837,38	17.007,03
Férias a pagar	269.014,98	132.864,49
Salários a pagar	162.105,57	-
Retenção Emp. Financiamentos	7.637,26	-
Pensão Alimentícia	2.206,87	-
Plano Assistência Médica	3.710,04	-
Total	640.915,86	209.875,38

2.14 – Provisões

A provisão de férias foi contabilizada mensalmente pelo valor equivalente a 1/12 (um, doze avos) do salário atualizado de cada funcionário. Sua contabilização é feita baseada no princípio da competência como está demonstrada abaixo:

Contas	2.018	2.017
Provisão de Férias e Encargos	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Provisão de Férias	23.822,19	0,00
INSS s/Férias	63.054,17	35.682,83
FGTS s/Férias	18.822,14	10.629,15
Total	105.698,50	46.311,98

2.15 - Parcelamento de Impostos
Passivo Circulante (em R\$)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento de Impostos - Refis	6.042.790,67	6.800.000,00

Passivo Não Circulante (em R\$)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento de Impostos - Refis	210.349.434,52	210.349.434,52

SALDO TOTAL DE ACORDO COM EXTRATO DA RECEITA FEDERAL (EM R\$)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Parcelamento de Impostos - Refis	216.392.225,19	217.149.434,52

Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

Nos termos da Lei nº. 9964, de 10/04/2000, em conformidade com o Termo de Opção de 28/03/2000, a empresa aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal do Governo Federal – Refis, incluindo no parcelamento todas as suas dívidas tributárias e previdenciárias atualizadas. No referido programa, elas estão sendo atualizadas pela TJLP, “Taxa de Juros de Longo Prazo” e amortizadas mensalmente, ao equivalente a 1,5% da receita bruta utilizadas para o custeio das atividades da Empresa, e com amortizações espontâneas. No exercício de 2.018 as amortizações foram da ordem de R\$ 6.920.300,43. O saldo contábil do parcelamento REFIS está registrado de acordo com o valor constante no Demonstrativo de Débitos Consolidados, emitido pela Receita Federal do Brasil, atualizados em 31/12/2018 no montante de R\$ 216.392.225,19.

2.16 - Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis

A constituição da provisão para contingências, está amparada nas informações constantes do processo administrativo interno de nº 004/2012, levando-se em conta a avaliação da probabilidade de perdas pelo departamento jurídico e são quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, mesmo na incerteza inerente ao prazo e valor. A administração acredita que as provisões para contingências são suficientes para fazer frente a eventuais perdas com litígios.

Contas	2018	2017
Contingências Trabalhistas	325.255,12	312.555,62
Contingências Cíveis	123.565,00	186.568,69
Total	448.820,12	499.124,31

2.17 - Patrimônio Líquido

Descrição	31/12/2018	21/12/2017
Capital Social	26.088.470,12	26.088.470,12
Reservas de Capital	61.056.182,59	61.056.182,59
Reserva para Aumento Capital	14.188.543,43	14.188.543,43
Reserva de Reavaliação Patrimonial	164.501,75	0,00
Prejuízos Acumulados	-318.023.527,49	-318.755.373,68
Resultado do exercício	2.953.854,57	668.842,50
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-213.571.975,03	-216.753.335,04

Capital Social;

O valor do Capital Social, constante das Demonstrações Contábeis, está representado pelos recursos provenientes de dotações orçamentárias realizadas pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo.

Reserva de Capital;

A conta de reserva de Capital está atualizada até 31.12.1995. A sua capitalização em observância ao disposto no inciso IV do artigo 200, da Lei 6.404/76, será objeto de recomendação ao ente controlador (PMSBC).

Reserva para Aumento de Capital;

Provenientes de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA da ETCSBC e repassados pelo ente controlador (PMSBC) e contabilizados até 2.014 como reserva para futuro aumento de capital da empresa, objeto de proposta incluída no projeto do novo estatuto social.

A partir do ano de 2.015 tais recursos passaram a ser reconhecidos como receita na demonstração do resultado conforme orientação da empresa de auditoria MAP Auditores Independentes em seu relatório de recomendações – item 14 – com base no artigo 30 da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2.014. Dessa forma referidas receitas serão excluídas na parte A do Livro de Apuração do Lucro Real.

Reserva de Reavaliação Patrimonial; Reavaliação patrimonial foi realizada através da empresa Valuex Consultoria Empresarial no exercício de 2018.

Prejuízos Acumulados – Constituídos pelos Prejuízos provenientes de exercícios anteriores.

Resultado do Exercício – O resultado do exercício passou a ser positivo, proveniente da modificação na contabilização dos recursos repassados pelo ente controlador (PMSBC) os quais passaram a ser reconhecidos como receita na demonstração do resultado conforme já mencionado acima.

2.18 – Receitas

Contas	2.018	2.017
Subvenções Econômicas	4.300.000,00	5.205.124,98
Transferências Financeiras	6.800.000,00	6.094.875,02
Total	11.100.000,00	11.300.000,00

No ano de 2.015 ocorreu mudança na contabilização das transferências financeiras destinadas para amortização dos parcelamentos que, em 2.014 foi registrada diretamente no patrimônio líquido da entidade conforme artigo 17 do Decreto nº 18.790, de 20 de fevereiro de 2.014. Referidas transferências governamentais foram transitadas pelo resultado do exercício conforme orientação da Empresa de Auditoria MAP Auditores Independentes em seu Relatório de Recomendações – item 14 do Relatório da auditoria. Dessa forma a subvenção governamental para amortização de parcelamentos foi reconhecida como receita na demonstração do resultado no ano de 2.016, conforme determina também o artigo 30 da Lei 12.973 de 13 de maio de 2.014 e excluída integralmente no Livro de Apuração do Lucro Real e controlado na parte B até a sua integralização ou Absorção de Prejuízos Acumulados.

2.19 - Deduções das Receitas

Contas	2.018	2.017
Cofins	-3.412,60	-1.325,42
Pis/Pasep	-545,14	-671,43
Total	-3.957,74	-1.996,85

2.20 - Receitas Financeiras

Contas	2.018	2.017
Rendimentos Aplicações Financeiras	46.613,87	25.730,47
Rendimentos Depósitos Recursais	0,00	0,00
Receitas c/Processo Judicial	0,00	0,00
Total	46.613,87	25.730,47

2.21 - Despesas com Pessoal e Encargos

Contas	2.018	2.017
Salários e Ordenados	-2.247.118,20	-1.624.990,27
Férias	-175.429,29	-242.847,12
13º Salário	-189.957,31	-192.338,59
Indenizações	-27.863,72	-80.119,46
INSS	-598.250,33	-581.557,22
FGTS	-189.743,61	-333.118,44
Total (*)	-3.428.362,46	-3.054.971,10

(*) - Houve um aumento correspondente a reajustes salariais e benefícios os trabalhadores

2.22 - Despesas de Material de Consumo e Serviços de Terceiros

Material de Consumo	2.018	2.017
Combustíveis e Lubrificantes	-32.734,47	-32.233,44
Gêneros de Alimentação	-353,40	-975,41
Material de Expediente	-7.163,27	-12.701,30
Material de Processamento Dados	-1.200,00	-618,00
Material de Copa e Cozinha	0,00	-1.305,03
Material de Limpeza e Higiene	-4.141,19	-3.084,65
Outros Materiais de Consumo	-11.835,64	-300,00

Bens Móveis não Ativáveis	0,00	-153,24
Manutenção Veículos	-5.599,31	-10.622,64
Lanches e Refeições	0,00	-487,33
Material p/ Manutenção de Imóveis	-2.521,60	-19.335,38
Total (*)	-65.548,88	-81.816,42

(*) – No cômputo geral houve uma redução da despesa na ordem de 19,88%

2.23 – Serviços de Terceiros – PJ

Contas	2.018	2.017
Assinaturas de Periódicos	-895,80	-8.137,93
Serviços Técnicos Profissionais	-50.057,00	-1.540,38
Locação de Máquinas e Equipam.	-20.024,95	-8.514,75
Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	0,00	-15.282,13
Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipam.	-13.510,75	-18.300,77
Manutenção e Conservação de Veículos	-24.282,68	-17.382,78
Serv. Médicos-Hosp. Odontológicos e Laborat.	-231.570,12	-295.098,98
Serv. de Processamento De Dados	0,00	-121,40
Serv. de Telecomunicações	-5.958,21	-14.301,81
Multas Dedutíveis	-14,36	-100,71
Multas Indedutíveis	-9.335,91	-11.969,64
Juros	0,00	-14.198,95
Serviços Judiciários	0,00	-1.138,14
Seguros em Geral	-19.509,92	-36.720,06
Serviços Bancários	-1.455,50	-1.914,65
Serv. Cópias e Reprodução de Documentos	0,00	-332,64
Estadias	0,00	-328,40
Reembolso de Despesas	0,00	-1.936,21
Passagens e Despesas com Locomoção	-2.529,03	0,00
Serviços de Publicidade Legal	-4.291,94	-1.349,85
Serv. Relacionados a T. I.- Manut.de Software	-167.674,83	-181.653,51
Outros Serv. De Terceiros	-113.023,68	-131.964,79
Fornecimento de Alimentação	0,00	-283,13
Total (*)	-664.134,68	-762.571,61

(*) – Serviços de Terceiros: No cômputo geral houve uma redução da despesa na ordem de 12,90%

2.24 – Alimentação do Trabalhador

Conta	2.018	2.017
Vale Alimentação	(216.390,45)	(111.497,32)

2.25 – Sentenças Judiciais

Conta	2.018	2.017
Pensão Vitalícia	(27.363,72)	(24.711,14)
Sentenças Judiciais	(13.199,50)	(2.270,70)
Total	(40.563,22)	(26.981,84)

2.26 – Despesas Tributárias

Conta	2.018	2.017
Impostos e Taxas	0,00	(1.198,53)
Taxas Estaduais e Municipais	0,00	(926,65)
COFINS	(3.412,60)	0,00
PIS PASEP	(545,14)	0,00
Total	(3.957,74)	(2.125,18)

2.27 – Despesas Financeiras

Contas	2.018	2.017
TJLP	0,00	(11.905.997,46)
Atualizações de Contingencia	0,00	0,00
Juros s/Parcelamentos	(4.000.960,39)	0,00
Atualização Processos Judiciais	0,00	(281.818,42)
Total	(4.000.960,39)	(6.728.849,03)

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Empresa ETCSBC não apresentou base positiva para apuração e pagamento desses tributos tendo em vista que de acordo com a legislação, excluiu na parte A do Livro de Apuração do Lucro Real, as receitas provenientes de transferências de recursos para amortização dos parcelamentos existentes. Dessa prática, conseqüentemente, deu origem a base negativa de contribuição social e os prejuízos fiscais não foram objetos de constituição de crédito tributário.

A Administração da Empresa de Transporte Coletivo de São Bernardo do Campo - ETCSBC responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2.018.

ASSINADO NO ORIGINAL

ADEMIR SILVESTRE DA COSTA

Diretor Presidente
CPF: 671.159.428-20

NAHOR SAMUEL PEREIRA

Diretor Adm. Financeiro
CPF: 131.583.158-90

ZIMMA FRANCISCO DO NASCIMENTO FILHO

Diretor Operacional
CPF: 058.584.398-88

GIULIANO R. DA SILVA

Contador
CRC: 1SP301609-05